

Solastalgia

» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário

Quando baixam as águas no Rio Grande, o que se vai descobrindo é um espectro de devastação, panorama de infinita tristeza. O trabalho de uma vida inteira, a pequena propriedade rural que custou anos de sacrifício, a sementeira feita à custa de dívida bancária contraída com tanta dificuldade — tudo destruído. Nós, outros, que assistimos a essa tragédia pela televisão, não fazemos a menor ideia do que seja passar por um sufoco desse calibre. O desastre assolou uma área de tamanho comparável a uma Grã-Bretanha, quase uma Itália inteira! É uma tragédia superlativa.

O Instituto Quaest publicou, no momento em que as enchentes atingiam seu pico, os resultados de uma pesquisa nacional. Tanto gente de bom senso como terraplanistas concordaram em um ponto principal: para 99% dos entrevistados, a calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul tem ligação com as mudanças climáticas que perturbam a vida no planeta. Unanimidade assim é rara de se ver.

Enquanto isso, em Brasília, se desenrolam fatos dignos de um outro planeta. Estão, atualmente, tramitando no Senado ou na Câmara 25 projetos de lei e três propostas de alteração da Constituição visando mexer na legislação de preservação florestal, afrouxar regras de licenciamento ambiental e até anistiar grileiros, desmatadores e outros neandertais. Interesses pessoais néscios e mesquinhos estão por trás desses projetos. Seus autores vivem divorciados de

seus eleitores e da realidade global. Esperemos que as enchentes do Rio Grande sacudam o berço esplêndido desses eleitos deslumbrados e os despertem para as desgraças que entraram na pauta nacional.

Boa parte da população de países mais atentos já se deu conta, faz anos, de que toda a humanidade navega num mesmo barco e de que, se cada um não fizer sua parte, o planeta periga tornar-se inabitável antes do que se imagina. Quando digo “cada um” é cada um mesmo, na medida de suas possibilidades. Reutilizar um saco de papel, por exemplo, é o tipo de gesto fácil e simples, mas que, multiplicado por milhões de cidadãos, tem seu peso.

Acredito que, em matéria de participação individual no esforço geral de fazer o que se pode para lutar contra aquecimento planetário e catástrofes climáticas, o cataclismo do Rio Grande seja um marco histórico: assinalará um antes e um depois na tomada de consciência do brasileiro sobre o processo de rápida deterioração do clima global.

As enchentes do Sul não são um fenômeno isolado — afirmação cujo bom senso já foi aferido pela pesquisa Quaest. Estão intimamente relacionadas ao desmate na Amazônia e no Cerrado, à reorientação da circulação dos ventos e da umidade. É uma teia complexa de eventos que se equilibram e se complementam. Uma alteração num dos componentes perturba o funcionamento do todo.

Não se trata mais do derretimento de

longínquas geleiras ou do desaparecimento de ilhotas num oceano qualquer. Hoje, sabemos o que significa ver um naco da própria terra natal desaparecer sob uma água barrenta como enxágue de olaria e estagnante como criadouro de mosquito. A partir deste maio de 2024, os brasileiros contam com um exemplo real, doméstico, de carne e osso, com nome e endereço. Não dá mais pra fazer que não viu.

A saúde mental da população, especialmente dos mais jovens, estará cada vez mais comprometida. De fato, são os que entram agora na vida adulta que mais se preocupam com o horizonte sombrio, sem luz, sem sol e sem esperança. É a eles que estamos legando este mundo. Vamos pelo menos corrigir um pouco do que fizemos errado nestas últimas décadas.

Solastalgia, título deste escrito, é termo cunhado em 2005 pelo filósofo australiano Glenn Albrecht. Descreve o estado de estresse emocional causado pelas alterações do meio ambiente, especialmente a destruição de ecossistemas e da biodiversidade. E, consequência inevitável, o aquecimento global.

Energias renováveis, transição energética, ecoansiedade, angústia climática, luto ecológico, ponto de não retorno são expressões que vão continuar se avolumando em nosso futuro próximo. Se o sofrimento causado pela calamidade das enchentes do Rio Grande puder nos abrir o olho (e a mente) para essa inescapável realidade, um bom passo terá sido dado.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Um Brasil insensato em relação aos idosos

Em levantamentos elaborados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2010, eram aproximadamente 200 mil pessoas idosas, ou quase 8% da população total daquela época, no Distrito Federal. Em 2012, esse número já era de 326 mil idosos, ou 12,8% da população. De 2010 a 2022, a idade mediana da população brasileira — número que divide o país entre uma metade mais velha e outra mais nova — aumentou seis anos, passando de 29 em 2010 para 35. No mesmo período, a proporção de idosos para cada 100 crianças até 14 anos saiu de 30,7 para 55,2.

Dentro dos aspectos sociodemográficos do envelhecimento no DF, preparado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) em conjunto com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e com a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), “as mulheres representam 57% da população idosa, chegando a 63% no grupo etário de 80 anos ou mais (IBGE, 2011), reforçando o perfil mundial de feminização da velhice, que é uma manifestação do processo de transição de gênero que acompanha o envelhecimento populacional em curso em todo o mundo. Estatísticas da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que o número de mulheres já supera o de homens em todo o mundo”.

No Brasil, envelhecer significa também enfrentar novos desafios e novos riscos, principalmente devido aos problemas sociais presentes na nossa realidade diária, o que acarretam ainda mais desigualdades com relação a outros grupos etários, a outras realidades sociais, demográficas e epidemiológicas. Chama a atenção dos pesquisadores o fato de que, em todos os níveis de renda e de escolaridade dos idosos, têm se mostrado comuns os casos de violência contra esses indivíduos, com o agravante de que esses casos só têm crescido ao longo do tempo.

A medida que a população idosa aumenta, aumentam também os casos de violência, numa correlação de fatos que tem assustado muito todos aqueles que conhecem de perto o assunto. “Em medida considerável, o tempo do idoso do DF tem sido preenchido por violência, uma violência tão cruel quanto endêmica, que deixa a céu aberto a debilidade de seus amores e os fins de vida mais funestos do que se poderia esperar”, diz o estudo intitulado *Mapa da violência contra a pessoa idosa no DF*, que reúne pesquisas realizadas ao longo de 10 anos de existência da Central Judicial do Idoso (CJI), organizado pelo TJDFT, MPDFT e DPDF.

Considerada um projeto pioneiro nessa área, a CJI tem buscado acolher a pessoa idosa em toda a sua complexidade, estimulando sua participação na defesa de seus interesses. De acordo com seus criadores, a CJI trabalha subsidiando as autoridades do Sistema Judiciário, orientando e prevenindo situações de violência e violação da pessoa idosa e promovendo a análise multidisciplinar das situações de negligência, abandono, exploração ou outros tipos de violência, buscando soluções de consenso para conflitos e encaminhando a demanda aos órgãos competentes. Para tanto, como ressaltam seus coordenadores, a CJI tem investido no fortalecimento dessa rede de proteção social por meio da interlocução e integração entre as diversas instituições públicas.

Para a OMS, a violência contra a pessoa idosa é caracterizada pelo “uso intencional da força ou do poder real, podendo resultar em lesão, morte ou dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. O Estatuto do Idoso, instituído em 2003, (Lei 10741/03), define, em seu art. 19, parágrafo primeiro, a violência contra o idoso como “qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico”.

Segundo os dados do Disque 100 – Módulo Idoso, fornecidos pela Secretaria de Direitos Humanos, o DF, que sempre havia figurado nas primeiras posições pelo número de registros de denúncias, apareceu, em 2016, na 10ª posição, com 419,50 casos. Em abril deste ano, o **Correio Braziliense** trouxe a manchete: “Violência contra idosos explode no DF, com mais de 3 mil casos em 2023”, citando que os dados constavam da quinta edição do *Mapa da Violência contra a Pessoa Idosa no DF*. Os episódios aumentaram muito no período da pandemia da covid-19 e vêm crescendo de forma alarmante. A maioria das situações ocorre dentro de casa, pontuou a matéria.

Trata-se de um problema de grandes proporções se formos avaliar as verdadeiras condições oferecidas hoje pelo Estado às populações idosas e de baixa renda. A verdade é que, diferentemente do que ocorre no DF, onde já existe uma superestrutura para, pelo menos, avaliar esse problema previamente, o atendimento adequado aos idosos no Brasil ainda tem muito que progredir.

» História de Brasília

O jornalzinho da Escola Classe 107 tem uma reportagem relatando o que aconteceu a um garotinho. Ele estava assistindo à festa da Merenda Escolar, sentiu fraqueza e desmaiou. Agora, entramos nós: e o que estavam fazendo os responsáveis pela escola? (Publicado em 8/4/1962)



Eleições municipais: qual a narrativa mais eficaz?

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO
Consultor em estratégia

Um dos grandes desafios de quem vai se candidatar em uma eleição é conseguir deixar claro seu posicionamento, explicitando seu lado na disputa e evitando ficar em cima do muro. Isso não é de hoje, mas ficou ainda mais acentuado em razão da polarização iniciada em 2013 e potencializada pelas redes sociais. Essa premissa vale para São Paulo, maior cidade do país em número de eleitores, e para Borá (SP), a menor, com 1.050 eleitores.

No pleito de outubro a natureza dessa situação não será diferente, mas as formas de sua manifestação guardam nuances alinhadas a características dos municípios, como tamanho do eleitorado e região de localização, entre outras.

Na disputa pelas prefeituras nas capitais e cidades com mais de 200 mil eleitores, o posicionamento será fortemente influenciado por temas relacionados à conjuntura nacional, mas mesmo nesses locais tal influência tende a ser menor na eleição para as câmaras municipais. Em quase todos os municípios, as candidaturas à vereança podem ser divididas em grupos, como exposto a seguir.

O primeiro grupo é formado por candidaturas que, durante a campanha e em seguida, no exercício do mandato, procuram agir como porta-vozes de demandas da população junto ao Poder Executivo, atuando de maneira semelhante a um despachante. Aqui se faz presente a ampla maioria dos mais de 58 mil vereadores dos 5.569 municípios. Por isso, é muito comum vermos edis que, entra governo, sai governo, sempre são governistas, independentemente da linha política e ideológica. Porém, é importante

ressaltar que não se trata de uma ação ilegítima, ainda que limitadora do debate programático.

O segundo grupo é composto por quem mantém fidelidade histórica com seu agrupamento político. Qualquer que seja a disputa, essas candidaturas apresentam-se para o eleitorado procurando realçar essa característica como principal elemento para a conquista do voto. São encontrados em todos os municípios, mas a maior incidência é naqueles 5.090 que têm até 50 mil eleitores.

No terceiro grupo, identificamos quem opta por fazer sua campanha procurando valorizar a defesa de ideias e propostas programáticas. São as chamadas candidaturas de opinião que, apesar de cada vez mais raras no cenário político, ainda se fazem presentes, principalmente nos 479 municípios com mais de 50 mil eleitores. Nesse contingente, a fidelidade política tem também um peso importante.

Só há algo em comum a todos os grupos: a construção da narrativa adequada é decisiva para a conquista do voto. Como no dito popular, cada macaco no seu galho.

Dessa forma, uma candidatura tipo despachante precisa fortalecer tal comportamento, reforçando e ampliando seus vínculos com as comunidades nos bairros e distritos em que atua, além de demonstrar a capacidade de ser reconhecido como elemento de ligação com o Poder Executivo para viabilizar o atendimento das demandas daquelas localidades.

Já as candidaturas que integram o segundo grupo precisam centrar sua narrativa na valorização do agrupamento político a que pertencem,

buscando atrair para si os votos da parcela do eleitorado que se identifica com os posicionamentos ali expressos. Em outras palavras, precisa deixar claro que é quem melhor representa aquele agrupamento.

Sem dúvida, o maior desafio é para quem faz parte do terceiro grupo. Em uma conjuntura de ceticismo crescente com a política e os políticos, buscar o voto a partir de ideias e propostas não é trivial. Para tanto, a narrativa deve ser construída a partir da identificação das principais dores sentidas pela população de sua cidade, procurando apresentar soluções que possam ser apoiadas por eleitores residentes nos diversos bairros de maneira transversal.

Por fim, não podemos esquecer que fatores extraordinários podem influenciar na disputa nacionalmente. Por exemplo, em 1988 os trabalhadores da CSN entraram em greve, ocupando a empresa. Tropas do Exército tomaram a cidade de Volta Redonda e resolveram invadir a usina para forçar a saída dos grevistas, resultando no assassinato de três trabalhadores, causando uma comoção em todo o país. Esse fato, seis dias antes das eleições municipais, influenciou diretamente na vitória de Luiza Erundina, então candidata do PT, para a prefeitura da cidade de São Paulo.

No presente, estamos convivendo com as enchentes no Rio Grande do Sul que repercutiram nacionalmente, tanto pela mobilização de solidariedade quanto pela disputa nas redes sociais. A menos de seis meses das eleições, será que irão influenciar politicamente na disputa nos 5.569 municípios?